

Ata da reunião do Grupo de Trabalho Pesca Tradicional 22 de outubro de 2025, Porto e online

Nicolas Fernandez Munoz abriu a sessão agradecendo aos participantes pela sua presença e envolvimento. No entanto, manifestou o seu descontentamento em relação a alguns Estados-Membros que organizam reuniões paralelas às do CC SUL e convidou os Estados-Membros a demonstrarem, no futuro, mais sensibilidade e coordenação em relação ao trabalho dos conselhos consultivos.

Aprovação da ata anterior: aprovada por unanimidade.
Aprovação da ordem do dia: aprovada sem observações.

Definição de pesca artesanal Nicolas Fernandez Munoz, presidente do grupo de trabalho, recordou que, desde a sua criação, o CC SUL tem um grupo específico sobre a pesca tradicional, uma iniciativa única entre os conselhos consultivos. Salientou a dificuldade persistente em definir a pesca artesanal, uma vez que cada Estado-Membro tem a sua própria abordagem, enquanto a UE se baseia num critério rigoroso de comprimento de 12 metros, que considera redutor. Indicou que, em 24 de novembro, o Comissário receberia os Conselhos Consultivos sobre o tema da pesca artesanal.

Gabriele Pattumelli (FAO) apresentou em seguida a matriz de avaliação da pequena pesca no Mediterrâneo, baseada em 12 indicadores pontuados de 0 a 3, com os primeiros resultados obtidos a partir de sete deles.

A matriz permite classificar as unidades de pesca em três categorias:

- Small Scale (pequena escala): pontuação total 1-9
- Edge (margem entre pequena e grande escala): pontuação 10-12
- Large Scale (grande escala): pontuação 13-21

A matriz é apresentada como uma metodologia mais flexível e adaptável do que definições rígidas baseadas num único critério (por exemplo, <12 m). Permite, assim, melhorar a comparabilidade entre países e identificar melhor onde podem ser aplicadas medidas específicas

Rosa Caggiano (MEDAC) celebrou esta apresentação e recordou que o MEDAC prefere utilizar o termo SSF (Small-Scale Fisheries), mais inclusivo. Salientou a vontade do MEDAC de trabalhar em conjunto com o CC SUL para evitar duplicações.

Serge Larzabal (CNPMEM) apoiou o interesse de uma colaboração ativa entre o CC SUL e o MEDAC, considerando pertinente basear-se na metodologia da FAO. Ele observou que a ICCAT não fala de pesca artesanal, mas de embarcações costeiras de pequeno porte, sugerindo que uma definição por grande escala poderia ser mais simples.

Pedro Capela (APASA) recordou que a dimensão do navio não é suficiente para definir a pesca artesanal: as tradições regionais e as técnicas de pesca também devem ser tidas em conta. José-Antonio Perez Sieira (Federação das Confrarias Galegas) e Nicolas Fernández Muñoz partilharam esta opinião, salientando que o critério dos 12 metros não reflete a realidade económica das pequenas frotas. Llibori Martínez (IFSUA) e Hugo Martins (QUARPESCA) questionaram o termo a utilizar, artesanal, tradicional, de pequena escala, e apoiaram a utilização da matriz da FAO. Llibori Martinez sugeriu introduzir ponderações de acordo com os indicadores, a fim de ter em conta as especificidades locais. Mariano García (Cofradia de pescadores Virgen del Carmen) acrescentou que a definição também deveria ter em conta as espécies-alvo e os métodos de pesca.

Rosa Caggiano (MEDAC) alertou então para um projeto europeu de um novo Conselho Consultivo dedicado à pesca artesanal, que considera perigoso para o equilíbrio financeiro e institucional atual, uma vez que os fundos dos CC correm o risco de ser enfraquecidos. Nicolas Fernandez Munoz e Serge Larzabal partilharam esta preocupação, vendo nela uma estratégia de «divisão» do setor. Serge Larzabal denunciou as contradições europeias, recordando a redução de 2 mil milhões de euros do FEAMP sem uma revisão profunda da PCP, e apelou a uma reunião conjunta CC Sul-MEDAC.

Amanda Pérez Perera (DG MARE) tomou nota das preocupações e garantiu que a Comissão Europeia trataria com seriedade a carta dos Conselhos Consultivos sobre este assunto.

Em conclusão, Nicolas Fernández Muñoz propôs continuar a aprofundar a definição comum de pesca artesanal, a fim de melhor representar e proteger as pequenas frotas europeias.

2. Planeamento do espaço marítimo

Ibon Galparsoro (AZTI) apresentou o trabalho realizado pelo seu instituto sobre o planeamento do espaço marítimo (MSP): O projeto MarinePlan (2022-2025) visa reforçar o planeamento do espaço marítimo baseado nos ecossistemas (EB-MSP) face a desafios persistentes: quadros jurídicos fragmentados, falta de dados, fraca coordenação transfronteiriça e ausência de ferramentas práticas. Financiado com 3,5 milhões de euros e conduzido por 16 parceiros europeus e britânicos em oito locais-piloto, apoia o objetivo europeu de proteger 30 % das zonas marinhas até 2030. O projeto desenvolve um sistema de apoio à decisão que permite avaliar a coerência das políticas marítimas com a gestão

ecossistémica, identificar zonas ecologicamente sensíveis e testar diferentes cenários de ordenamento.

Nicolas Fernández Muñoz reagiu salientando a falta de concertação com o setor das pescas, frequentemente consultado em último lugar no âmbito do planeamento do espaço. Insistiu na necessidade de uma coorganização no terreno para a delimitação das zonas de proteção, recordando que os pescadores são os primeiros interessados na saúde dos ecossistemas.

Jorge Gonçalves (Federação dos Açores) questionou sobre a consideração do objetivo internacional de 30% de zonas protegidas e sobre as sobreposições entre zonas de proteção e zonas de exploração, observando a situação particular dos Açores, onde a ZEE é muito vasta, mas as zonas realmente exploráveis são limitadas. Francisco Fernández (OPROMAR) lamentou igualmente que as zonas prioritárias para a pesca não estivessem suficientemente representadas nos planos de ordenamento, quando o setor é fortemente afetado pelo desenvolvimento da energia eólica marítima. Denunciou a sobreposição confusa de regulamentações (zonas Natura 2000, habitats vulneráveis, restrições diversas) que reduz o espaço realmente disponível para a pesca.

Maria-José Rico (FECOPPAS) salientou a elevada densidade das atividades no espaço marítimo atlântico, questionando os efeitos cumulativos das diferentes atividades, nomeadamente da energia eólica, no oceano e nas frotas pesqueiras.

Em conclusão, Ibon Galparsoro reconheceu estas preocupações e insistiu na necessidade de melhorar a disponibilidade e a qualidade dos dados, nomeadamente sobre a pesca artesanal e os seus indicadores socioeconómicos. Recordou que a consecução dos objetivos de proteção (30 %) não significa necessariamente o encerramento total das zonas, uma vez que algumas podem ser geridas de forma flexível, a fim de conciliar a conservação e as atividades económicas.

3. Tecnologias para uma pesca sustentável

O relatório da AZTI *Technology for Sustainable Fisheries* apresenta as principais inovações tecnológicas destinadas a tornar a pesca mais sustentável e competitiva. Gorka Gabiña (AZTI) estruturou a sua apresentação em torno de cinco eixos-chave para a pesca sustentável: a seletividade, a economia circular, a inovação dos procedimentos a bordo, a transição energética e a transição digital. A AZTI insiste na necessidade de uma estreita cooperação entre cientistas, pescadores e autoridades para adaptar estas inovações às realidades económicas e ecológicas do setor. Após a sua apresentação, Nicolas Fernández Muñoz felicitou Gorka Gabiña pelo seu relatório muito completo, e Gorka Gabiña lembrou que continuava disponível para qualquer informação adicional.

.

4. Grupo Ad-hoc Polvo

Nicolas Fernández Muñoz, presidente do grupo de trabalho, resumiu as apresentações e discussões da reunião do grupo ad hoc de 21 de setembro, onde foi apresentado, nomeadamente, um estudo sobre a genética do polvo: este identifica quatro populações distintas de acordo com as zonas geográficas, permitindo a partir de agora determinar a origem de um polvo através de marcadores genéticos.

David Milly (OP Pêcheurs d'Aquitaine) celebrou estes progressos essenciais para adaptar a gestão das populações e indicou que estavam a ser realizadas amostragens em França para cartografar as unidades populacionais.

A discussão passou então para a diferença de tamanho mínimo entre certas regiões (1 quilo ou 750 gramas): Mariano García referiu a concorrência entre pescadores espanhóis e portugueses, mas Luis Vicente (ADAPI) salientou que, pela primeira vez, foi decidida um encerramento da pesca no Algarve pelo comité de cogestão, apoiado pela ADAPI. Os resultados deste encerramento serão conhecidos no final do ano. Por último, Luis Vicente observou que a densidade das artes de pesca em Portugal favorece, paradoxalmente, a reprodução.

Maria-José Rico (FECOPPAS) precisou que, nas Astúrias, a venda de polvos com menos de um quilo é proibida, independentemente da sua origem, embora o controlo seja difícil.

Em conclusão, os participantes concordaram em continuar a acompanhar os estudos científicos e reforçar a cooperação entre regiões para uma gestão sustentável do polvo.

BALANÇO :

- **O CC SUL continuará a trabalhar em conjunto com o MEDAC numa definição de pesca artesanal: poderá ser organizada uma reunião conjunta**
- **O projeto MarinePlan, bem como o relatório Tecnologias de pesca, foram apresentados pela AZTI**
- **Os membros do CC SUD continuarão a acompanhar os estudos científicos sobre o polvo**